



1 **Ata da 46ª (Quadragésima Sexta) Reunião Ordinária do Comitê da Bacia**  
2 **Hidrográfica do rio Paraopeba.**  
3

4 **Data:** 27 de Março de 2018

5 **Horário:** 14:00 hrs

6 **Local:** Centro de Educação Ambiental Parque Felisberto Neves  
7

8 Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2018, às 14:00 horas, deu-se início à 46ª Reunião Ordinária do Comitê  
9 da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba, no centro de educação ambiental do parque Felisberto Neves -  
10 Avenida Edméia Mattos Lazarotti 3000 Bairro Ingá, no município de BETIM, Estado de Minas Gerais. Foram  
11 convidados para compor a mesa: Denes Martins da Costa Lott, representante da SINDIEXTRA e Presidente do  
12 CBH Paraopeba; Guilherme da Silva Oliveira, representante da FAEMG e Sec. Executivo deste comitê; Fúlvio  
13 Rodrigues Simão EPAMIG; Márcio Francisco Sampaio VALE; Delton Silva Carvalho PETROBRÁS; Nísio Miranda  
14 ARMBH; Leonardo Gomes Lara PREFEITURA DE BETIM; Rafael Batista Gontijo SEMAD SISEMA; Glaycon Brito  
15 Cordeiro COPASA; Cleverson Vidigal FONASC; Nilson Viana Gomes POLICIA MILITAR; Rander Abrão Tostes  
16 CEMIG; Heleno Maia PREFEITURA DE JUATUBA; Rosa Carolina Amaral FEAM; Luana Roberta PREFEITURA DE  
17 PARAÓPEBA; Winston Caetano ONG VEREDAS E CERRADOS; Odorico Pereira Araújo FIEMG; Clarissa Bastos  
18 Dantas IGAM; José Antônio Da Cunha Melo ABES; Aline Guerra ABES; Isaias Barros Abreu PREFITURA DE  
19 IGARAPÉ; Elson Da Silva Santos Junior CIBAPAR; Ednard Barbosa PREFEITURA DE BETIM; Alaécio Da Luz Pinto  
20 PREFEITURA DE JUATUBA; Anderson Moura PREFEITURA DE IBIRITÉ; E estiveram presentes os seguintes  
21 convidados: Rodrigo José Gonçalves SEMAD-BETIM; José Geraldo De Araújo Lima TOPGEO; Ricardo A. Galeno  
22 TNC; Bruce Amir D. L. De Almeida AERODROMO DE BETIM/GAIA CONSULTORIA; Raphael Carneiro SEMAD  
23 SISEMA; Franciane Queiroz SEC. MEIO AMBIENTE IGARAPÉ; Samara Vital ESSENCIS; Priscila Costa Martins  
24 ESSENCIS. **I. Abertura da sessão e verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência,**  
25 Denes Lott, presidente do CBH Paraopeba, inicia a reunião e informa que há quórum regimental para definição  
26 de todos os itens de pauta com vinte e um Conselheiros. **II - Leitura e votação da ata da 45ª Reunião**  
27 **Ordinária e 14ª Reunião Extraordinária.** O Presidente do Comitê abriu os trabalhos colocando em votação  
28 a ata anterior e como é de praxe a ata é distribuída para leitura de todos os conselheiros anteriormente e  
29 posteriormente é feito a indagação se alguém faz questão da leitura da mesma e se não, pergunta se alguém  
30 tem algum reparo a fazer. O conselheiro Márcio Sampaio pediu para se pronunciar e foi lhe concedida à  
31 palavra, o Conselheiro pediu a correção de seu nome nas descrições referentes às pessoas que se absteve do  
32 voto, o nome correto é Marcio Sampaio onde estava escrito Marcio Andrade. O conselheiro Heleno Maia  
33 pediu a correção do item 3.2, ele informou que foi enviado ao Presidente uma denúncia da Barragem casa de  
34 pedra e que solicitou que essa denúncia constasse em ata e não constou, e logo em seguida ele deixou o  
35 plenário e solicitou que sua ausência fosse constada em ata, pois seriam discutidas algumas deliberações e não  
36 havia quórum suficiente na reunião supracitada. O Presidente pediu que da mesma forma, os conselheiros se  
37 manifestassem sobre a existência de alguma correção da Ata da 14ª reunião extraordinária. Não houve mais  
38 manifestações e foi colocada em votação ao plenário a ata da 45ª reunião ordinária e 14ª reunião  
39 extraordinária. Os seguintes conselheiros se abstiveram do voto: Cleverson, Nísio, Isaias, Dilton, Rosa Carolina,  
40 Fúlvio, Clarissa, Elson e Raphael. As Atas da 45ª Reunião Ordinária e 14ª Extraordinária foram aprovadas.

41 **III - Leitura do expediente, das comunicações da ordem do dia.**

42 **IV – Discussões, encaminhamentos, votações e deliberações:**

43 **V.3 – Informações sobre Plano Diretor – IGAM**

44 O Presidente informou que o processo de licitação foi concluído e o contrato já foi assinado pela empresa  
45 vencedora da licitação COBRAPE. Denes passou a palavra para a Clarissa representando o IGAM para dar  
46 maiores informações. Clarissa disse que a Diretora Geral Marília Carvalho de Melo havia assinado o contrato e  
47 que em breve será publicado. Denes ressaltou a importância da criação de um grupo específico para  
48 acompanhamento do contrato de gestão. Ricardo Galeno TNC, sugeriu que os membros eleitos na última  
49 eleição sejam lembrados na criação deste grupo tendo em vista que, os novos membros estarão



50 acompanhando por um prazo maior que os da atual gestão.

51 **IV. 5 - Estruturações do apoio administrativo ao CBH - IGAM e MP**

52 O Presidente informa que foi feito a contratação por parte do Igam via MGS do apoio administrativo na pessoa  
53 do Sec. Administrativo Wesley Silva, porém a sede (cedida pela Prefeitura de Betim) ainda continua vazia, sem  
54 nenhum mobiliário ou equipamento, e que o Wesley tem usado uma mesa e um computador gentilmente  
55 cedido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Betim.

56 **IV. 6 - Discussões das Ações de Protagonismo do CBH - exercício 2017**

57 O Presidente informou que a deliberação normativa ao qual todo comitê deve fazer, não foi realizada na  
58 última reunião, pois não teve quórum para tratar deste assunto e por isso não houve nenhuma deliberação.  
59 Informou também que o mandato da atual gestão foi prorrogado e que muitas ações foram feitas no ano de  
60 2017 e enumerou citando: O acompanhamento do Ribeirão do Chico, o plano diretor em si e demais ações do  
61 comitê que mesmo sem nenhum apoio administrativo não parou. Denes informou que isto faz parte de um  
62 relatório anual que o comitê precisa fazer e solicitou aos conselheiros que se manifestassem perante algumas  
63 ações do comitê a qual poderia compor este relatório.

64 **IV. 6.5 Discussão/identificação das ações para compor o Relatório Anual de Atividades, em**  
65 **atendimento à DN CERH 111 e DN 41/2012;**

66 **a. Auto avaliação do CBH Paraopeba;**

67 Denes avaliou o comitê perante os conselheiros de Regular para Bom. O conselheiro Odorico  
68 avaliou o comitê como excelente devido aos trabalhos realizados e as melhoras que o comitê  
69 atingiu mesmo passando por tantos problemas e dificuldades, entre elas: A sede física do  
70 comitê, o apoio administrativo com seu secretário, o empenho por parte dos conselheiros no  
71 sentido da presença nas reuniões e inclusive ressaltou que em tempo antigo existia muitos  
72 problemas por falta de quórum e que agora o comitê consegue atingir quórum regimental e  
73 parabenizou o Presidente do comitê. Odorico sugeriu que da mesma forma em que os comitês  
74 são submetidos a uma avaliação, que também os conselheiros tivessem a oportunidade de  
75 avaliar o comitê a partir de seus órgãos gestores. Clarissa disse que acha a interessante a  
76 proposta e que levará esta ideia para que nessa mesma deliberação exista o tópico de  
77 avaliação dos órgãos gestores dos comitês.

78 **b. Deliberação do cronograma de reuniões para o exercício de 2018;**

79 Denes disse que todas as reuniões ordinárias devem ocorrer no final de cada trimestre e  
80 propôs que continuasse assim, sem nenhuma nova alteração, pois o comitê passa por um  
81 período de transição de mandato e que devido a isso poderia manter o mesmo cronograma até  
82 a nova gestão e se caso aparecer algum assunto importante a ser deliberado que seja  
83 programado uma reunião extraordinária ao qual tem acontecido quando se faz necessário.

84 **c. Deliberação do Plano de Trabalho para o exercício de 2018;**

85 Tito propôs a criação da câmara técnica no comitê, Denes ressaltou a importância desta criação  
86 e disse que colocará como ponto de pauta a apreciação apresentada.  
87 Denes apontou como plano de trabalho novas deliberações de processos de Outorga, o  
88 acompanhamento dos trabalhos do plano diretor inclusive sugeriu que seja feito por uma  
89 câmara técnica específica para isso. Clarissa disse que essa câmara técnica pode ser criada a  
90 partir dos próprios conselheiros que se manifestar interesse.

91 **Deliberação do Plano de Ações Estratégicas do CBH para o mandato (2018-2021);**

92 Denes disse que seria usurpação da função alheia fazer essas deliberações e que cabe ao novo mandato da  
93 presidência do comitê, que já está eleita, mas ainda não tomou posse deliberar essas questões.

*Almeida*



94 **V – Processo de Outorga.**

95 O Presidente passa a palavra ao empreendedor representado na pessoa de José Geraldo De Araújo Lima,  
96 Engenheiro civil e responsável pelo projeto da terraplanagem do Aeródromo. José Geraldo disse que dentro  
97 desta terraplanagem existe um canal de um afluente do córrego Santo Antônio onde foi feito um projeto de  
98 galeria e que esse processo é um canal de cessão de 2,5 x 3,40 com extensão de 523 metros. José ressaltou  
99 que foram tomadas todas as medidas possíveis para preservar o curso natural do córrego em questão. O  
100 engenheiro relatou que acompanhou o GT até o local do empreendimento e respondeu todos os  
101 questionamentos no ato de formação do laudo do grupo e encerrou se colocando a disposição diante do  
102 plenário para quaisquer outros questionamentos. O conselheiro Ednard Barbosa da secretaria de meio  
103 ambiente da Prefeitura de Betim reforçou a apresentação dizendo que o Aeródromo trata-se de um  
104 empreendimento de caráter privado a ser instalado no município de Betim, e que dado o seu alcance social,  
105 econômico e repercussões positivas em matéria ambiental o município de Betim adotou e tem apoiado este  
106 projeto. Ednard explica que o empreendimento traz consigo o nome de Aeródromo Inhotim como forma de  
107 atração turística já que se refere ao maior museu aberto do mundo, e informou que a pista possui uma  
108 metragem de 1.8 km, sendo destinada a princípio somente a cargas e voos executivos. O conselheiro ainda  
109 afirmou que já existe previsão de hangares e de um Distrito Industrial de tecnologia de ponta, e que algumas  
110 empresas tem manifestado interesse em se valer da localização do aeródromo e do município com intuito de  
111 tentar implantar empresas com perfil de logística de material fino onde geralmente o transporte é feito por  
112 meio aéreo, outra cogitação de serviços a serem oferecidos, é a construção de uma empresa com mão de obra  
113 destinada a manutenção e fabricação de aeronaves que é um dos focos do empreendedor visto que, as  
114 aeronaves próximas à região quando necessitam de manutenção precisam se deslocar para outro estado  
115 trazendo diretamente impacto no meio ambiente devido ao longo trajeto da viagem que causa poluição e um  
116 gasto considerável no uso de combustíveis. Ednard encerrou dizendo que o aeródromo foi licenciado pelo  
117 município de Betim, enquadrado como classe 3 (três) sendo essa relativamente baixa dentre as classes  
118 existentes, e que tem a aprovação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) com um parecer favorável a  
119 implementação do empreendimento. O conselheiro Heleno Maia pediu a palavra e lhe foi concedida, Heleno  
120 indagou se haveria apresentação do relatório do grupo de trabalho. Denes informou que haveria a  
121 apresentação em seguida. Heleno Maia disse que preferia se manifestar após a apresentação do GT. O  
122 conselheiro Leonardo Lara sugeriu que primeiro fosse concedida a palavra ao Técnico Raphael da Supram  
123 Central que analisou o processo, para apresentar primeiro o parecer dele e depois o GT apresentaria o seu  
124 parecer. O presidente concordou com a sugestão do conselheiro Leonardo Lara, bem como de comum acordo  
125 entre a plenária e assim foi concedida a palavra ao técnico. O Técnico Raphael disse que as vazões do projeto  
126 foram feitas pelo empreendedor e que em sua análise técnica refez alguns cálculos e que a conclusão final do  
127 parecer técnico é que os canais têm capacidade de escoar a vazão do projeto com o regime de escoamento  
128 subcrítico que é o menos torrencial, o que não vai causar erosão. Raphael informou que tal conclusão deu se  
129 com base nos softwares que foram usados para compor a análise técnica. O presidente do comitê passa a  
130 palavra ao grupo de trabalho que é composto pelo secretário executivo deste comitê e coordenador do grupo,  
131 Guilherme Da Silva Oliveira FAEMG e os conselheiros: Leonardo Lara PREFEITURA DE BETIM; José Antônio Da  
132 Cunha Melo ABES; Odorico Araújo FIEMG; Winston Caetano De Souza ASSOCIAÇÃO VEREDAS E CERRADOS.  
133 Guilherme disse que foi feito a visita ao local do empreendimento de posse do processo e em seguida ele leu o  
134 relatório do GT que foi enviado no ato da convocação da reunião. Informou que todos os questionamentos do  
135 grupo foram enviados ao empreendedor e que o mesmo devolveu no dia 15 de maio de 2018 com respostas  
136 satisfatórias aos questionamentos do grupo. O grupo opinou conforme o parecer técnico da Supram Central  
137 com as seguintes condicionantes: Recuperação das nascentes do córrego diretamente afetadas pela  
138 canalização caso tenha alguma nascente que não esteja cumprindo com a legislação e solicitar imediatamente  
139 a outorga do córrego Santo Antônio onde haverá a interferência na cabeceira leste da pista do Aeródromo.  
140 Raphael questionou o grupo sobre a primeira condicionante de recuperação das nascentes do córrego Santo  
141 Antônio, alegando que como agentes públicos essa condicionante foge da portaria 49 do IGAM, é uma  
142 condicionante plausível, mas dentro do aspecto ambiental no que diz respeito ao licenciamento ambiental e  
143 que eles precisam seguir a legislação de recursos hídricos que é a portaria 49, e encerrou dizendo que essa  
144 condicionante pode vir na licença, mas não na outorga. O representante Bruce da empresa Gaya que presta



145 assessoria para a Orion, questionou a condicionante da outorga de recuperação das nascentes, alegando que  
146 essa condicionante foge do alcance se a nascente estiver em uma propriedade que não pertence ao  
147 empreendedor, eles não teriam a competência para entrar em outra propriedade e que esta condicionante  
148 que já foi colocada na licença ambiental já supre esse impacto dentro da APP. O Presidente passou a palavra  
149 ao conselheiro Heleno Maia que anteriormente já havia manifestado o pedido para se pronunciar após o GT.  
150 Heleno Maia disse que ouviu atentamente o empreendedor e o secretário de meio ambiente Ednard que  
151 descreveu de forma sucinta o empreendimento, mas que para ele não ficou claro e que gostaria de fazer uso  
152 do direito que o Art. 28 do regimento interno lhe garante e solicitou vistas ao processo. O presidente do  
153 comitê Denes disse que a respeito do pedido de vistas, o regimento interno novo que foi aprovado este ano  
154 contém algumas disposições novas e que já estão em vigor e que era necessário estabelecer como será feito  
155 esse pedido, ele mencionou que no São Francisco tem adotado a apreciação mediante votação em plenária e  
156 como no Paraopeba após novo regimento não havia tido nenhum pedido até o momento, que era necessário  
157 estabelecer como deveria ser apreciado esse pedido. Em seguida Denes concedeu a palavra ao conselheiro  
158 Odorico que havia solicitado. Odorico disse que o pedido de vistas só é pertinente quando não há  
159 embasamento técnico para estar decidindo o pedido de outorga e ressaltou que havia sido apresentado um  
160 parecer técnico favorável do IGAM, do Grupo de Trabalho, a Equipe técnica que realizou o projeto e que todos  
161 eles já haviam declarado que estava à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas por parte dos conselheiros  
162 e que em sua opinião não vê motivo para pedir vistas, a final de conta o objetivo de todos ali não era postergar  
163 e sim dar celeridade aos processos e que todas as dúvidas do conselheiro poderiam ser manifestadas no  
164 presente momento, pois tinha profissionais suficientes para esclarecer qualquer dúvida ou problema, e  
165 encerrou dizendo que gostaria que os demais conselheiros se manifestassem sobre este pedido solicitado pelo  
166 conselheiro. Heleno Maia pediu a palavra e leu o conteúdo do Art. 28 do Regimento Interno e disse que não  
167 teve acesso aos autos do processo e que gostaria de ter esse acesso e que manifestaria isso por escrito. A  
168 conselheira Aline disse que na própria leitura do Art. 28 que o Heleno Maia fez dizia que o pedido pode ser  
169 feito, mas a deliberação é feita mediante votação do plenário, e reforçou a opinião exposta pelo conselheiro  
170 Odorico, que já havia sido apresentado o parecer dos órgãos Municipais, Estaduais e Executivo e o do Grupo  
171 de Trabalho e que o pedido de vistas mediante aos pareceres favoráveis seria um atraso. O conselheiro e  
172 membro do GT, Leonardo Lara apoiou as manifestações feitas pelo Odorico e Aline, e disse que foram feitas  
173 três reuniões do GT, duas visitas técnicas ao local do empreendimento e que foram sanadas através do  
174 empreendedor todas as dúvidas que o grupo apresentou, e sugeriu ao Heleno Maia que ele apresentasse suas  
175 dúvidas mediante ao plenário para que fossem resolvidas. A conselheira Clarissa Dantas se manifestou  
176 favorável às opiniões dos conselheiros e reforçou a fala do presidente que informou que o pedido de vistas  
177 está regulamentado no regimento interno conforme deliberação do conselho estadual de Recursos Hídricos e  
178 que se entende o pedido de vistas como forma de sanar dúvidas ou apresentar propostas de decisões  
179 alternativas. Clarissa continuou dizendo que na fala do conselheiro Heleno Maia ele solicita o pedido de vistas  
180 alegando que não teve acesso integral aos autos do processo e encerrou indagando ao conselheiro, que havia  
181 sido encaminhado a todos os conselheiros o Pleito de Outorga do Empreendedor, o Parecer Técnico da  
182 Supram, o Relatório do Grupo de Trabalho e que se ele gostaria de ter acesso aos autos do processo, porque  
183 não fez o pedido no ato da convocação da reunião que foi feito dez dias antes. Clarissa disse que o pedido de  
184 vistas é concedido mediante as dúvidas pontuadas e sugeriu que ele pontuasse suas dúvidas para que fossem  
185 esclarecidas porque com certeza não existem dúvidas de todo o processo, e continuou reforçando que havia  
186 sido encaminhando a pauta da reunião, e que o processo estava disponível na sede do comitê e que poderia  
187 ter sido acessado a qualquer momento. Aline disse que cabe registrar que em um processo de licenciamento  
188 ambiental qualquer pessoa pode ter acesso aos estudos ambientais no órgão ambiental e que para não atrasar  
189 o andamento do processo e o direito do cidadão esta consulta é disponível a todos. O conselheiro Marcio  
190 Sampaio comentou que se sente muito confortável mediante o parecer favorável apresentado pelo GT que  
191 sanou todas as dúvidas que havia surgido e que este não é o primeiro GT que é assistido e que é perceptível o  
192 avanço ao qual o comitê tem mostrado mediante os trabalhos apresentados pelos GT'S com diferentes  
193 membros participantes e que os históricos anteriores desses relatórios tem sido de alto gabarito e que todas  
194 as dúvidas sempre tem sido solucionadas e sugeriu ao conselheiro para que ele manifestasse suas dúvidas  
195 para que fossem resolvidas. O conselheiro Heleno Maia disse ao Presidente do comitê que toda vez que o

*Almeida*



## CBH-PARAÓPEBA

196 pedido de vistas é feito ao plenário acontece essa mesma discussão e que alguns conselheiros querem ensinar  
197 como deve ser feito o pedido e se tem ou não que analisar, disse que iria manter o pedido de vistas e que não  
198 têm como ele questionar alguma coisa se ele não tem conhecimento dos autos do processo e que alguns  
199 representantes dos órgãos que apresentaram o parecer favorável são também conselheiros do comitê e que  
200 não eram nem maior nem menor do que os demais conselheiros. Heleno disse que ele é uma das pessoas que  
201 mais quer que este empreendimento saia e que seja o mais rápido possível tendo em vista que ele também faz  
202 parte da classe já que é Piloto de Aeronaves e que por esse exato motivo é de interesse dele que saia, de  
203 qualquer forma, ele deseja ter acesso ao processo para conhecer melhor o projeto e questionou o GT que no  
204 relatório não constava nenhuma fotografia e que ele quer ir ao local, conhecer o curso d'água que será  
205 analisado e deseja manter o pedido de vistas. O presidente do comitê disse que sendo assim, conforme o §1º  
206 do Art. 12 que ele faça sua devida fundamentação para que lhe seja concedido o pedido. Heleno Maia disse  
207 que o fundamento é que ele não conhece o processo e que por se tratar de uma canalização de um leito de  
208 curso d'água ele quer entender e conhecer o processo e como será feito o processo de canalização. Clarissa  
209 pediu que fosse levado em consideração que o pedido do conselheiro Heleno Maia se fundamenta em  
210 conhecer o processo e que há Dez dias havia sido enviada a pauta e ele não solicitou para ter acesso ao  
211 processo. O conselheiro Ednard Barbosa disse que não entende essa justificativa como plausível e uma vez  
212 acolhida pela presidência o pedido de vistas nos termos apresentado, compromete todo o processo,  
213 compromete a tramitação do devido processo legal e o princípio da publicidade, pois o processo estava  
214 disponível dado em publicidade com pauta distribuída, reunião ordinária marcada e finalizou sua fala dizendo  
215 que a legalidade do processo está sendo cumprida em sua totalidade. O Presidente disse que devido às  
216 diversas controvérsias apresentadas ele não iria decidir sozinho e se submeteria à plenária. O conselheiro  
217 Anderson Moura em conforme com os demais conselheiros que anteriormente havia falado, sugeriu ao  
218 Heleno Maia que apresentasse suas dúvidas para que fossem sanadas através dos profissionais capacitados  
219 que ali estavam presentes, pois o pedido de vistas iria comprometer todo o processo. Heleno Maia se  
220 defendeu dizendo que a atitude do Presidente o coloca em xeque, pois havendo sido feito o pedido de vistas  
221 do processo e com fundamento, a negação do pedido é o mesmo que dizer que o conselheiro não tem voz  
222 ativa no comitê, e finalizou indagando ao presidente que comitê é esse onde quem manda é o órgão do IGAM.  
223 Clarissa pediu a palavra e questionou o Heleno Maia quando foi em todo o seu tempo como conselheiro em  
224 que o processo de outorga foi digitalizado em sua totalidade, pois a motivação é a seguinte, os autos são  
225 entregues para a diretoria que pauta, tendo recebido a pauta todos os conselheiros podem questionar e  
226 acessar os autos e indagou o conselheiro o porquê ele deixou para no momento da reunião solicitar o acesso  
227 aos autos deixando todos os conselheiros se deslocarem de maneira a não conseguir deliberar o processo de  
228 Outorga. Heleno Maia em resposta a Clarissa disse que já havia comunicado o Presidente que iria pedir vistas  
229 do processo. Ednard questionou novamente dizendo que se houve por parte do conselheiro Heleno Maia o  
230 pré-julgamento de que iria pedir vistas ele deveria na oportunidade ter solicitado o acesso aos autos e que  
231 esse pedido no presente momento não caracteriza motivação técnica que poderia ser qualquer uma, menos  
232 técnica e finalizou dizendo que o processo tem a sua legalidade questionada uma vez que este pedido for  
233 atendido. O representante do empreendimento Bruce disse que entende as dúvidas do Heleno Maia e a  
234 preocupação quanto ao impacto e a velocidade da água e garantiu que todas essas questões foram  
235 contempladas pelo trabalho realizado e pediu a ele em nome do empreendedor que ele colocasse suas  
236 dúvidas e se dispôs prontamente em esclarecer todas elas a fim de evitar a prolongação da discussão e o  
237 atraso no cronograma do projeto. O presidente leu o Art. 12 e disse que devido às discussões e diversas  
238 opiniões contrárias iria submeter à plenária para a votação. Heleno Maia se ausentou do plenário e disse que  
239 não participaria da votação. Aline Guerra pediu para fundamentar seu pedido, e disse que não concorda com o  
240 pedido de vistas do conselheiro, pois ele não fundamentou seu pedido conforme está previsto no regimento  
241 interno do comitê e criticou a fala do conselheiro ("Eu sou piloto", "eu não conheci o processo") alegando que  
242 isto não caracteriza fundamentação e que ele teve tempo para conhecer os autos. Ednard fundamentou seu  
243 pedido alegando que é contra o pedido de vistas do conselheiro uma vez que o processo de outorga assim  
244 como de licenciamento ambiental respeitou os princípios da administração pública previstos na constituição.  
245 Winston Caetano fundamentou seu pedido dizendo que como integrante do GT sendo participante de todo o  
246 trabalho, é contra o pedido de vistas, pois não há fundamentação por parte do conselheiro contendo dúvidas



## CBH-PARAÓPEBA

247 específicas do projeto e sim alegações de que não teve acesso aos autos. Odorico disse que é contra o pedido  
248 de vistas e fundamentou dizendo que o próprio Heleno Maia disse perante o plenário que não chegou a ler o  
249 processo, uma vez que não foi lido ele não tem a prerrogativa de fazer este pedido. O presidente colocou em  
250 votação a plenária a fundamentação do pedido de vistas do conselheiro Heleno Maia onde por decisão da  
251 maioria dos que votaram, foi negado o pedido de vistas do processo de outorga do Aeródromo de Betim  
252 devido à falta de fundamentação considerado no plenário, o conselheiro Raphael Gontijo se absteve da  
253 votação. O Presidente Denes colocou em votação na plenária a concessão da deliberação do processo de  
254 Outorga, onde apenas a conselheira Rosa Carolina FEAM se manifestou contrária à deliberação, os demais  
255 conselheiros votaram a favor e foi concedida a deliberação.

### 256 VII- Assuntos Gerais.

257 VIII - Encerramento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou  
258 a 46ª Reunião Ordinária do Comitê do CBH Paraopeba. Eu, Wesley Silva, Secretário Administrativo do CBH-  
259 Paraopeba lavrei a presente ata sob a supervisão do Secretário do Comitê, aos 11 dias de Abril de 2018 sendo  
260 posteriormente encaminhada aos membros do CBH-Paraopeba para aprovação na reunião plenária seguinte.

**WINSTON CAETANO DE SOUZA**

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
rio Paraopeba- CBH Paraopeba

**RAFAELA LAGES LIMA**

Secretário do Comitê de Bacias Hidrográficas  
do rio Paraopeba – CBH Paraopeba